



AS TESSITURAS DA METRÓPOLE: DESENHO, PLANEJAMENTO E CONFIGURAÇÃO NA HISTÓRIA URBANA DA CAPITAL DE GOIÁS

EIXO TEMÁTICO: REGIMES DE VERACIDADE E HISTORICIDADE

ROCHA, Marecilda Sampaio da

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB)

mare.sampaio@gmail.com

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Câmara dos Deputados | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB)

valerio.medeiros@camara.leg.br

RESUMO

Este trabalho explora a relação entre história e configuração urbana em Goiânia (Goiás), cidade planejada na década de 1930, interpretada desde o momento de fundação até o cenário contemporâneo enquanto região metropolitana. A pesquisa ampara-se na Sintaxe Espacial (Teoria da Lógica Social do Espaço) com o intuito de compreender as relações entre o planejamento urbano oficial e não oficial e a forma do assentamento. Além disso, propõe-se a examinar o processo de criação da Região Metropolitana de Goiânia, originalmente composta somente por municípios conurbados ou adjacentes à capital, mas que, a posteriori, passou a incluir assentamentos mais distantes e com população inferior a 10.000 habitantes. Os resultados obtidos apontam para uma evidente relação entre ações e inações do planejamento oficial e o desenho da estrutura urbana, afetando o desempenho configuracional na medida em que a cidade cresce, torna-se complexa e fragilmente articulada.

PALAVRAS-CHAVE: morfologia urbana; história; Sintaxe Espacial; região metropolitana; Goiânia.

ABSTRACT

This work explores the relationship between history and urban configuration in Goiânia (Goiás), a city planned in the 1930s, interpreted from the moment of foundation to the contemporary scenario as a metropolitan region. The research is based on Space Syntax (Theory of the Social Logic of Space) with the aim of understanding the relationships between official and unofficial urban planning and the form of settlement. Furthermore, it is proposed to examine the process of creating the Metropolitan Region of Goiânia, originally composed only of municipalities conurbated or adjacent to the capital, but which, subsequently, began to include more distant settlements with a population of less than 10,000 inhabitants. The results obtained point to an evident relationship between actions and inactions of official planning and the design of the urban structure, affecting configurational performance as the city grows, becomes complex and weakly articulated.

KEY-WORDS: *urban morphology; history; Space Syntax; metropolitan region; Goiânia.*

RESUMEN

Este trabajo explora la relación entre historia y configuración urbana en Goiânia (Goiás), ciudad planificada en la década de 1930, interpretada desde el momento de su fundación hasta el escenario contemporáneo como región metropolitana. La investigación se basa en la Sintaxis Espacial (Teoría de la Lógica Social del Espacio) con el objetivo de comprender las relaciones entre la planificación urbana oficial y no oficial y la forma de asentamiento. Además, se propone examinar el proceso de creación de la Región Metropolitana de Goiânia, originalmente compuesta sólo por municipios conurbados o adyacentes a la capital, pero que, posteriormente, pasó a incluir asentamientos más distantes con una población de menos de 10.000 habitantes. Los resultados obtenidos apuntan a una relación evidente entre las acciones e inacciones de la planificación oficial y el diseño de la estructura urbana, afectando el desempeño configuracional a medida que la ciudad crece, se vuelve compleja y débilmente articulada.

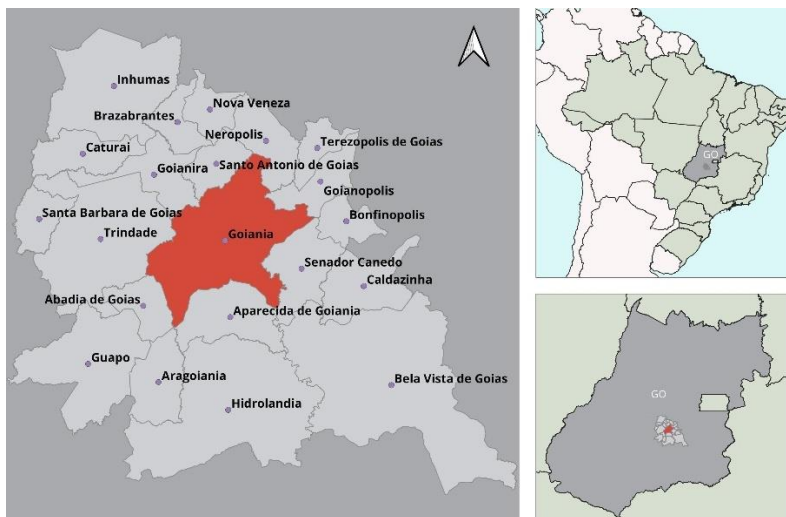
PALABRAS CLAVE: *morfología urbana; historia; Sintaxis Espacial; región metropolitana; Goiânia.*

INTRODUÇÃO

Trata-se o presente estudo de pesquisa histórica e morfológica que visa compreender a estruturação e a expansão da cidade brasileira desde o seu planejamento inicial até o alcance de condição metropolitana em cenário contemporâneo. A abordagem diacrônica ocorre sob o aspecto configuracional, como pano de fundo para discutir o papel do planejamento urbano oficial enquanto promotor do desenvolvimento e da articulação do tecido urbano, por presença ou ausência (por vezes *deliberada*).

Como objeto de estudo, investiga-se o processo de expansão urbana de Goiânia, cidade projetada na década de 1930 para receber a sede de governo do Estado de Goiás, em substituição à colonial Cidade de Goiás (Figura 1). Atualmente, segundo o Censo do IBGE para 2022, o município detém um montante de 1.437.237 habitantes. Enquanto capital, localiza-se na porção central da UF e constitui, além de município-polo de região metropolitana, o grande arco de urbanização no centro do país, em associação às cidades de Anápolis e Brasília.

Figura 1: Mapa de localização de Goiânia e sua região metropolitana.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em termos teóricos e procedimentais, adota-se na pesquisa a Teoria da Lógica Social do Espaço ou Sintaxe Espacial – SE, que se debruça sobre o aspecto relacional das articulações entre as partes e o todo urbano em uma compreensão morfológica. Para a investigação espacial, são modeladas barreiras e permeabilidades que, acredita-se, afetam encontros e

esquivanças, podendo contribuir para a promoção de vitalidade ou decadência, conforme explorado na literatura (Hillier e Hanson, 1984; Hillier, 1996; Holanda, 2002; Medeiros, 2013). Com o intuito, são analisadas modelagens configuracionais (enquanto investigação da forma da cidade) para o sistema urbano consoante a base de dados produzida pelo grupo de pesquisa “Margens: Diálogos, Conexões e Inventário de Forma Urbana”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – PPG/FAU/UNB (Medeiros, 2024), para os anos de 1939, 1940, 1951, 1959, 1975, 1980, 2000, 2005, 2015, 2021 e 2023.

GOIÂNIA: PRIMEIROS ANOS

Apesar da ideia de mudança da capital de Goiás remontar o ano de 1831, o nascedouro da nova cidade teve como alicerce a chamada Revolução de 1930, a partir da visão mudancista de Pedro Ludovico Teixeira, interventor do governo provisório de Getúlio Vargas (Diniz, 2007). Em 20 de dezembro de 1932 foi publicado o Decreto n.º 2.737, que institui uma comissão para proceder estudos com vistas à adaptação ou à escolha de local para implantação da nova cidade. A justificativa apresentada referia-se à necessidade de se adotar uma capital moderna que satisfizesse as exigências do urbanismo e fosse um vetor de irradiação econômica-social para aquele território do país.

Goiânia surgiu *ex-nihilo* na década de 1930 em acordo com o projeto elaborado por Atílio Corrêa Lima, engenheiro-arquiteto tido como urbanista brasileiro da “segunda geração”. O autor imprimiu à concepção uma expressa influência francesa adquirida com sua experiência em cursos e estágios na França, bem como por seu trabalho com Alfred Agache. A característica é percebida em especial na elaboração do Centro Cívico de Goiânia, diante da imponente monumentalidade do espaço público como um grande palco cívico, cujas vias em formato de tridente ou *patte d’oie* convergem para o ponto focal da praça (Pantaleão e Delfino, 2017).

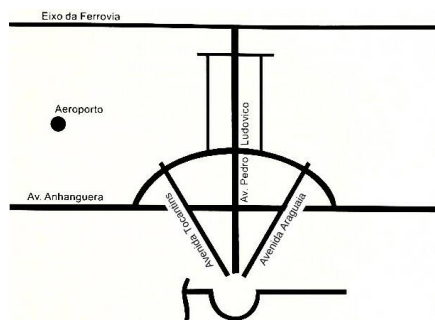
Holanda (2002) e Medeiros (2013) registram que habitualmente o traçado regular aliado à monumentalidade e à imponente dos espaços públicos e de sua arquitetura evoca uma

sensação de formalidade em seus aspectos cívico e cerimonial. A feição se adequa ao caráter de uma cidade projetada para ser capital de um estado – como ocorre em Goiânia, ou mesmo de uma nação, como no caso de Brasília – em razão do conteúdo simbólico que se desejava imprimir no assentamento.

Um aspecto de destaque do projeto era a estruturação tendo por base elementos viários centrais que conformariam os pontos de desenvolvimento do sistema urbano. Leme (1999) descreve a concepção originando-se de duas vias principais dispostas em cruz, uma no sentido Leste-Oeste e outra no Norte-Sul (Figura 2), o que exprime estreita relação com a ideia posterior implantada em Brasília (Figura 3):

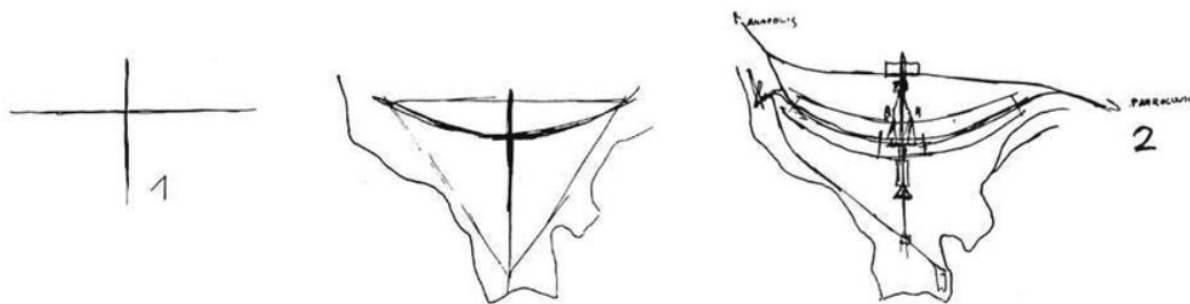
As vias principais, Anhanguera e Goiás, foram dispostas em forma de cruz. A primeira corta a cidade no sentido Leste-Oeste, extrapolando os seus limites até se confundir com as vias intermunicipais. A segunda se desenvolve no Norte-Sul, entre o centro administrativo e a estação ferroviária. Do centro administrativo duas avenidas se abrem em ângulo: a av. Araguaia que vai em direção ao parque Botafogo e a av. Tocantins em direção ao aeroporto. E finalmente a av. Paranaíba, em forma circular, servindo de ligação entre o aeroporto e parque Botafogo (Leme, 1999, p. 226-227).

Figura 2: Esquema estrutural do projeto de Atílio Corrêia Lima para Goiânia.



Fonte: Pires (2009).

Figura 3: Croqui de Lucio Costa expressando o processo de criação do esquema inicial de Brasília.



Fonte: Costa (1991).

Inicialmente concebida para abrigar uma população de 15.000 habitantes, com possibilidade de comportar até um máximo de 50.000 pessoas, o projeto passou por alterações ainda nos primeiros anos. A porção sul, por exemplo, foi alterada por Armando Augusto de Godoy, engenheiro considerado urbanista da “primeira geração” brasileira. Tendo forte inspiração na escola inglesa, Godoy buscou imprimir nesse trecho ares de cidade jardim ao projeto já desenvolvido (Leme, 1999), a resultar em uma estruturação híbrida.

Apesar da capital goiana ter sido planejada, nos moldes do que aconteceria anos mais tarde em Brasília e segundo uma tradição brasileira de exclusão e fratura social, os trabalhadores da construção civil não estavam contemplados no planejamento da nova cidade. Dessa forma, passaram a ocupar irregularmente áreas perto de Campinas, povoado preexistente à Goiânia que atuou como sede de apoio para a construção da nova capital tendo posteriormente sido incorporado ao nosso assentamento. O resultado é que, ao final da década de 1930, a capital já exprimia uma conformação dual, como se composta por duas estruturas independentes que, depois, se integraram.

TRANSFORMAÇÕES DIACRÔNICAS: UMA LEITURA MORFOLÓGICA

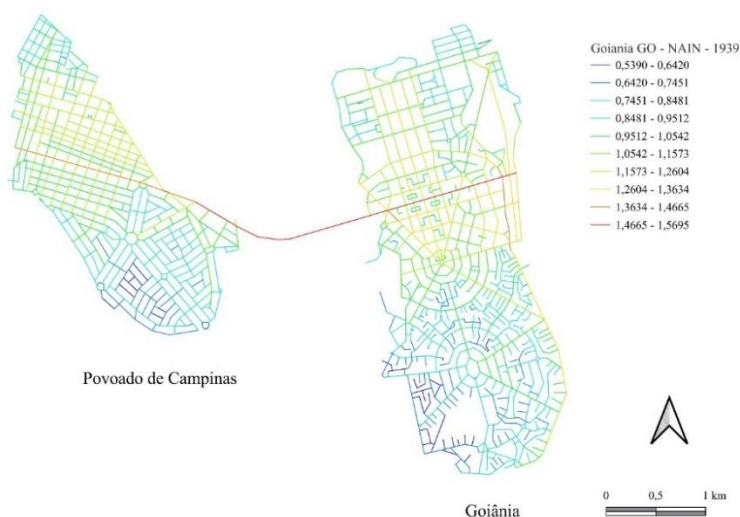
Identificada altura de surgimento da nova cidade, cabe esclarecer que diversos autores têm se dedicado à questão morfológica/relacional envolvendo Goiânia, muitas vezes na investigação de frações da cidade, conforme aponta a literatura (Alarcón, 2004; Dias, 2014; Arrais, 2015; Torres, 2017; Arrais, 2015; Canedo, 2024). Algumas das pesquisas procuram compreender o processo de formação do assentamento e de sua respectiva expansão, cujo alcance, atualmente, se estende para as cidades vizinhas.

Fase 01: Estabelecimento (da Fundação até 1959)

Para os anos iniciais da nova capital, a Figura 4 contém a modelagem produzida de acordo com a Sintaxe Espacial para o contexto de 1939, representada por meio do mapa de segmentos na variável NAIN. A medida, denominada “integração angular normalizada”, expressa o grau de acessibilidade topológica oriunda da rede de caminhos do sistema urbano: segmentos em cores mais “quentes” (vermelhos, laranjas e amarelos) são aqueles mais

acessíveis, enquanto os em cores mais “frias” (azuis e verdes) apresentam acessibilidade mais baixa. Para o resultado obtido, observa-se um sistema urbano composto por duas porções, conectadas apenas por um elemento. O traçado da nova cidade, em diálogo com as inspirações francesa (área central próxima à Praça Cívica) e inglesa (parcela ao sul, mais fragmentada) contrasta com a porção à esquerda, em que o tabuleiro de xadrez de Campinas domina a composição. O eixo articulador (Avenida Anhanguera) se apresenta como o conector único, o que justifica seu protagonismo, legível pela cor vermelha.

Figura 4: Goiânia em 1939 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Medeiros (2024).

Canedo e Medeiros (2021 e 2024), em debate a respeito da forma urbana de Goiânia, investigam a estrutura morfológica da área central da cidade contemporânea, abarcando os bairros Setor Oeste, Marista, Bueno e Jardim Goiás, juntamente com os setores Central, Sul e Universitário (Figura 5), que correspondem aos primeiros trechos ocupados da nova capital a partir da década de 1930 e primeiros anos da década de 1940. Os autores apontam que apesar da elevada conectividade produto do sistema regular de quadriculas na maior parte do tecido urbano existente, o Setor Sul, com um desenho orgânico/irregular típico das cidades jardins, apresenta valores mais baixos devido à tendência de formação labiríntica, com poucas ofertas de articulação entre vias – desempenho que também se reflete em NAIN (Figura 4), com predomínio de segmentos em azul claro e escuro.

Figura 5: Mapa de conectividade da região central de Goiânia contemporaneamente.



Fonte: Canedo e Medeiros (2021).

Para a modelagem que expressa a década de 1940 (Figura 6), verifica-se que Goiânia já havia se expandido em direção a Campinas, com o Setor Oeste por um lado e pelo outro em direção à região de Botafogo e Vila Nova. Outras vias começam a se destacar, a exemplo da Avenida Araguaia, que conecta o Centro Cívico à Vila Nova, e outras ruas no Setor Central da cidade, porém o Setor Sul permanece segregado. Os valores máximos de NAIN decrescem possivelmente, pelo crescimento do sistema que, apesar disso, permanece desconectado em razão dos vazios. Predominam as cores frias, com áreas mais acessíveis (em cores quentes) centradas nos arredores da Praça Cívica.

Diante das transformações que estavam ocorrendo na cidade, para manter o controle sobre a ocupação territorial, o governo local emitiu o Decreto-Lei nº 11/1944, proibindo novos loteamentos. No entanto, cedendo aos interesses especulativos que surgiram após a transferência da capital, foi assinado o Decreto-Lei nº 574/1947, marcando o início simbólico e formal da expansão urbana de Goiânia (Medeiros, 2017). Essa legislação estabelecia o Código de Edificações da cidade, que incluía leis de zoneamento, loteamentos e uso do solo, bem como a Planta Geral de Urbanização. No entanto, as novas regras para o parcelamento do solo acabaram promovendo o crescimento descontrolado e uma ocupação sem um

planejamento articulador/global. Apesar disso, foram lançados novos bairros "planejados pelo Estado" no projeto de 1947, como o Setor Oeste, que já estava previsto no plano de 1938, e o Setor Leste, com as áreas invadidas de Vila Nova e Botafogo, o primeiro processo de regularização de áreas ocupadas sem a devida aprovação legal (Bellorio, 2013). Paralelamente, com a consolidação progressiva de Goiânia como capital, os municípios vizinhos de Nerópolis e Trindade também experimentaram crescimento populacional.

Figura 6: Goiânia em 1940 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Medeiros (2024).

Goiânia (1994) e Pantaleão e Trevisan (2011) pontuam que a partir de 1947 pode-se entender que o Estado passou a responsabilizar-se de parcelar para a iniciativa privada por falta de recursos para bancar a infraestrutura necessária a partir do novo Código de Edificações. Com isso, o processo de ocupação se acentuou, sem um controle efetivo por parte do governo. Esse “modelo de planejamento” não avançou devido aos custos para implantação dos loteamentos, de modo que os autores concluem que o planejamento urbano nas franjas de Goiânia durante a década de 1950, após a reformulação do Código de Edificações, ficou nas mãos da iniciativa privada sob a conivência do poder público sem, entretanto, avançar. O

resultado é o início da consolidação de um tecido fragmentado, de frágil articulação entre as partes, como pode ser observado no mapa de segmentos expresso na Figura 7, com data indicativa de 1951. A partir dos anos 1950 começou a ser observada uma tendência maior à ocupação informal (ou planejamento de caráter excessivamente local), com o planejamento urbano oficial abrindo portas para a especulação imobiliária que, paulatinamente, começou a parcelar as áreas circundantes ao núcleo original (Gonçalves, 2003), gerando uma estrutura mais fragmentada e descontínua.

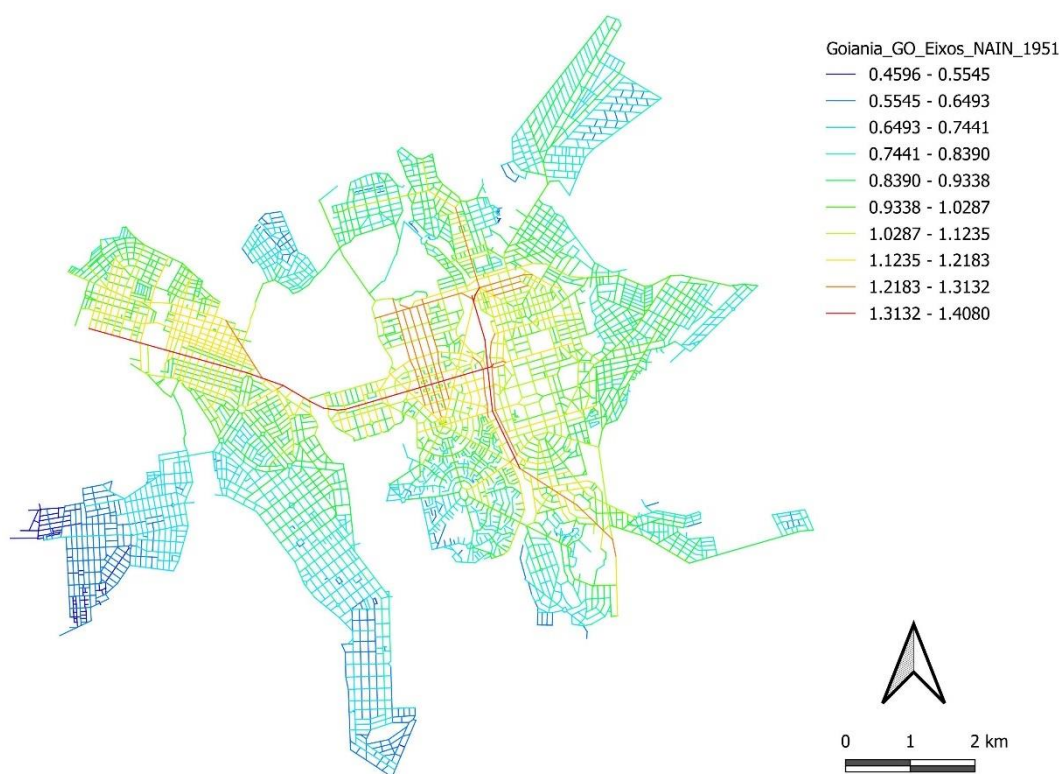
Pela a interpretação configuracional, em que pese o processo de expansão da cidade com tentáculos despontando do núcleo inicial de formação da cidade, essa área permanece como a mais integrada e articuladora do espaço urbano, o que reforça sua respectiva centralidade (que, em termos sintáticos, pode ser denominada de “núcleo de integração”) e caráter simbólico. Os vazios urbanos surgem nesse primeiro momento para, em etapas posteriores, serem preenchidos. Os valores máximos de NAIN se elevam e na análise visual da Figura 7, para data de referência 1951, o sistema é articulados por vias com mais integradas, possivelmente pelo tecido em quadrícula dos diversos trechos, permitindo assim, mais opções de deslocamento nessas áreas. Tal condição revela a força dos cruzamentos em “x” ou em “+” para o desenho urbano como promotores de maior integração das cidades em razão das possibilidades de percursos variados.

Entre os anos de 1950 e 1960 foram aprovados 125 vários novos bairros extrapolando os limites da cidade. Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2010) comenta que nos anos 1950 a Lei Municipal n.º 176 e o Decreto-Lei Municipal nº 16 passaram a exigir somente a locação e a abertura das vias para aprovar novos loteamentos particulares, desconfigurando assim o projeto original e favorecendo a ocupação do território em uma trama de conexões frágeis (Figura 8).

Apesar disso, para o sistema resultante e em franca transformação/expansão, é interessante notar mais uma vez um aumento dos valores máximos de NAIN – Figura 9, para ano de referência 1959, e Figura 10, com comparação de estruturas até esse momento. Em relação ao mapa de segmentos anterior de 1951 – Figura 7, destaca-se o preenchimento de lacunas

que existiam no território com uma tendência de expansão circular e de conexões entre os diversos “retalhos” da colcha – Figura 8. O preenchimento de vazios é um fator relevante para melhora do desempenho configuracional, uma vez que fornece novas rotas e trajetos, o que justifica a ampliação dos valores apontados.

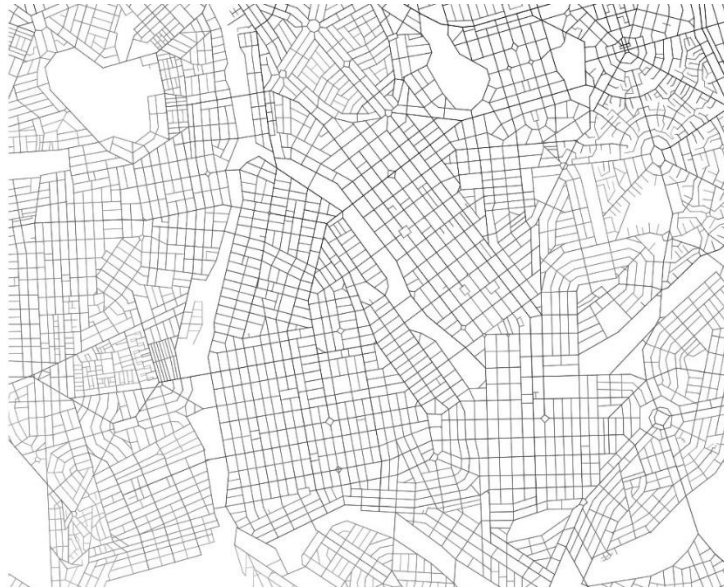
Figura 7: Goiânia em 1951 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Medeiros (2024).

Verificando-se ainda os mapas de 1939 a 1959 (Figura 10), percebe-se que nesse interstício talvez a característica mais proeminente seja a manutenção da relevância do núcleo fundador enquanto centralidade e território articulador do tecido urbano, apresentando as vias com maior valor de integração angular, correspondentes às destacadas em vermelho. Acredita-se que o desempenho resulta de uma expansão em todos os sentidos, o que mantém a relevância do núcleo original.

Figura 8: Amostra do tecido de Goiânia com diferentes tramas regulares interconectadas, o que dialoga com o padrão de “colcha de retalhos”.



Fonte: Elaborado pelos autores.

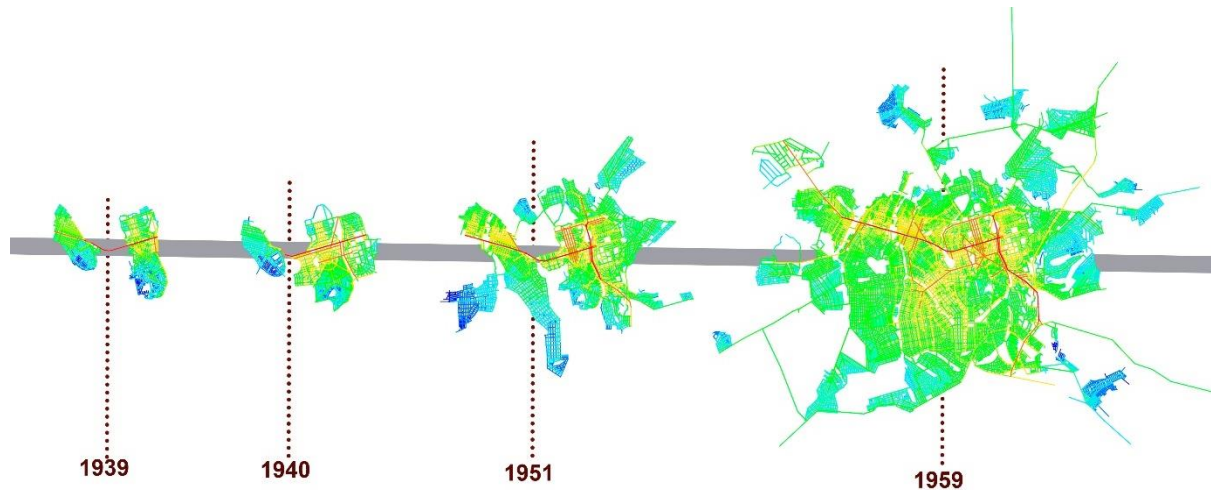
Figura 9: Goiânia em 1959 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Medeiros (2024).

Em 1961, com a edição do Decreto Estadual n.º 164/1961, a Prefeitura de Goiânia passou a ter competência sobre a urbanização, a conservação e o cadastro imobiliário, entretanto a dinâmica de crescimento independente do poder público continuou ocorrendo. Para o panorama de rápida expansão urbana, como causa desse crescimento entre 1950 e 1964, pode-se apontar a autorização de 183 empreendimentos que não respeitavam critérios técnicos, o que resultou na ampliação de vazios urbanos, descontinuando o tecido então estabelecido. Consolidava-se assim uma espécie de processo de ocupação por ondas: surgem vazios que, nos anos ou décadas seguintes serão preenchidos; com a ampliação subsequente da fronteira da área urbana para incorporar esse preenchimento, o processo se repete. Nesse contexto de desafio ou crise urbana, entre 1960 e 1962, foi elaborado o plano urbanístico de Luís Saia, que propunha um planejamento comunitário, dentre outros aspectos, não saindo, entretanto, do papel (Ribeiro, 2010). A cidade, portanto, permaneceu se expandindo em “vagas”.

Figura 10: Expansão urbana de Goiânia de 1939 a 1959 (mapa de segmentos, variável NAIN).



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Medeiros (2024).

Fase 02: Expansão (de 1975 até 2000)

Até 1975 a cidade foi marcada pelo incremento populacional e pelo desenvolvimento de atividades no campo administrativo, comercial, financeiro e de serviços. Nesse cenário, o centro foi escolhido/reafirmado como local do comércio, escritórios e demais serviços, enquanto o centro de Campinas foi preterido, embora para lá estivessem instalados os

grandes armazéns de cereais (Goiânia, 1994) – o contexto resultava em centralidades de perfis distintos.

No que diz respeito ao crescimento vertical, o processo rápido se iniciou ainda na década de 1960 (Goiânia, 1994), principalmente no Setor Oeste e no Centro, com edifícios altos dedicados à moradia das classes média e alta. Havia, na altura, um certo ordenamento, muito embora não houvesse ainda regras para esse tipo de construção. Simultaneamente, o aumento significativo do espraiamento urbano passa a ocorrer nesse momento, vinculado ao incremento da população urbana promovida pelo êxodo rural. Conjuntamente ao crescimento do tecido urbano de baixa densidade, o asfaltamento dessas vias periféricas e demais infraestruturas básicas para empreendimentos imobiliários fez surgir um grande número de loteamentos em meio a vazios urbanos.

Já se vislumbrando os problemas advindos da rápida expansão que ocorria desde o início dos anos 1960, tornou-se evidente a necessidade de um planejamento para enfrentamento dessas questões. Na década de 1970, com Goiânia mantendo a tendência de rápido crescimento populacional, contando então com mais de 363 mil habitantes, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG pela Lei Municipal 4.523/1971. Nessa ocasião, 95% da população residia na área urbana e sua urbanização alcançava cerca de 81%, constituindo-se na maior taxa nacional na época (9,5% ao ano) (SEPLANH, s.d.).

Pelos idos de 1969 até 1971, foi elaborado pelo arquiteto-urbanista Jorge Wilhelm um novo plano urbanístico. Ribeiro (2010) afirma que o documento resultante, classificado como tecno-burocrático desenvolvimentista, foi produzido sob a égide de paradigmas econômicos. Pantaleão e Trevisan (2011) acrescentam que esse plano era alinhado aos planos integrados de desenvolvimento urbano, marcadamente tecnocratas, que buscavam a ocupação do território a partir das vias de circulação no estilo *urban planning* norte-americano, causando a fragmentação espacial e a pulverização do tecido urbano. Bellorio (2013) adiciona que foi demonstrado no estudo subsidiador o crescimento e o adensamento da cidade, mais especificamente junto à via Anhanguera, que concentrava a infraestrutura e as atividades, no

sentido Leste-Oeste; no entanto, o sul e o oeste permaneciam estagnados, sem vias que propiciassem melhor articulação.

Bellorio (2013) registra que na década de 1970 os conjuntos habitacionais e a verticalização de Goiânia promoveram a densidade em alguns pontos da periferia. A cidade passou a avançar sobre as zonas rurais definidas pelo PDIG, com inúmeros loteamentos clandestinos dispostos principalmente nas regiões Norte e Noroeste, sob a conivência do Estado. A partir de 1975 a ênfase passa a ser na expansão do entorno de Goiânia, com destaque para Aparecida de Goiânia, município que cresce mais de 5 vezes a sua população em 10 anos, com tendência a conturbação com a capital.

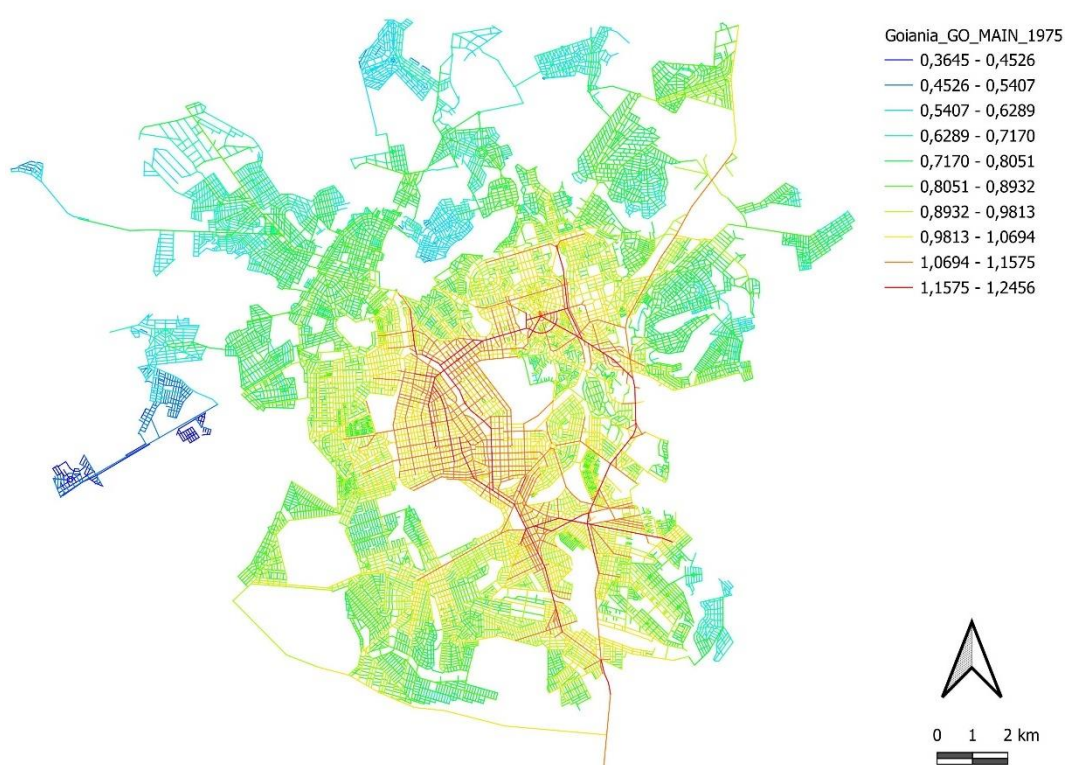
O sistema de Goiânia para 1975, mais uma vez, volta a expandir seus tentáculos buscando avançar sobre o território – Figura 11. Com a nova escala e progressiva dispersão, dessa vez os valores máximos de NAIN caem significativamente, demonstrando em números a desconexão entre as partes visualizada no mapa de segmentos. O crescimento, embora mais disperso, ainda garante vias muito integradas no centro-sul da cidade, onde há maior ligação entre os tecidos urbanos.

Nos anos 1980, a capital atingiu um novo recorde de habitantes, abrigando agora mais de 800.000 pessoas e passando, assim, de cidade média para metrópole, a resultar em problemas característicos de uma urbe desse porte. A influência de Goiânia em seu entorno tornou-se ainda mais robusta, de modo que foi criado o Aglomerado Urbano de Goiânia pela Lei Estadual n.º 8.956/1980, composto por 14 municípios, com inclusão posterior de mais 2 cidades. A nova delimitação era produto do movimento diário de uma significativa parcela da população que se deslocava do seu entorno para Goiânia em busca de trabalho, compras, serviços e lazer (Bellorio, 2013).

Com a edição da Constituição de 1988, a discussão voltou-se para a criação de um novo plano de desenvolvimento integrado que se desenvolveu durante os anos de 1989 a 1992, visando atender às exigências da Carta Magna e da Lei Orgânica do Município (SEPLANH, s.d.). Em 1992 foi lançado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG 2000. Nesse contexto, a cidade já havia se tornado uma metrópole e os problemas característicos desse

tipo de assentamento saltavam aos olhos. A Constituição igualmente passou para os Estados a competência para criar regiões metropolitanas, com isso em 1999, por meio da Lei Complementar n.º 27/1999, foi criada a Região Metropolitana de Goiânia, composta originalmente por 11 municípios, além da Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com mais 7 municípios.

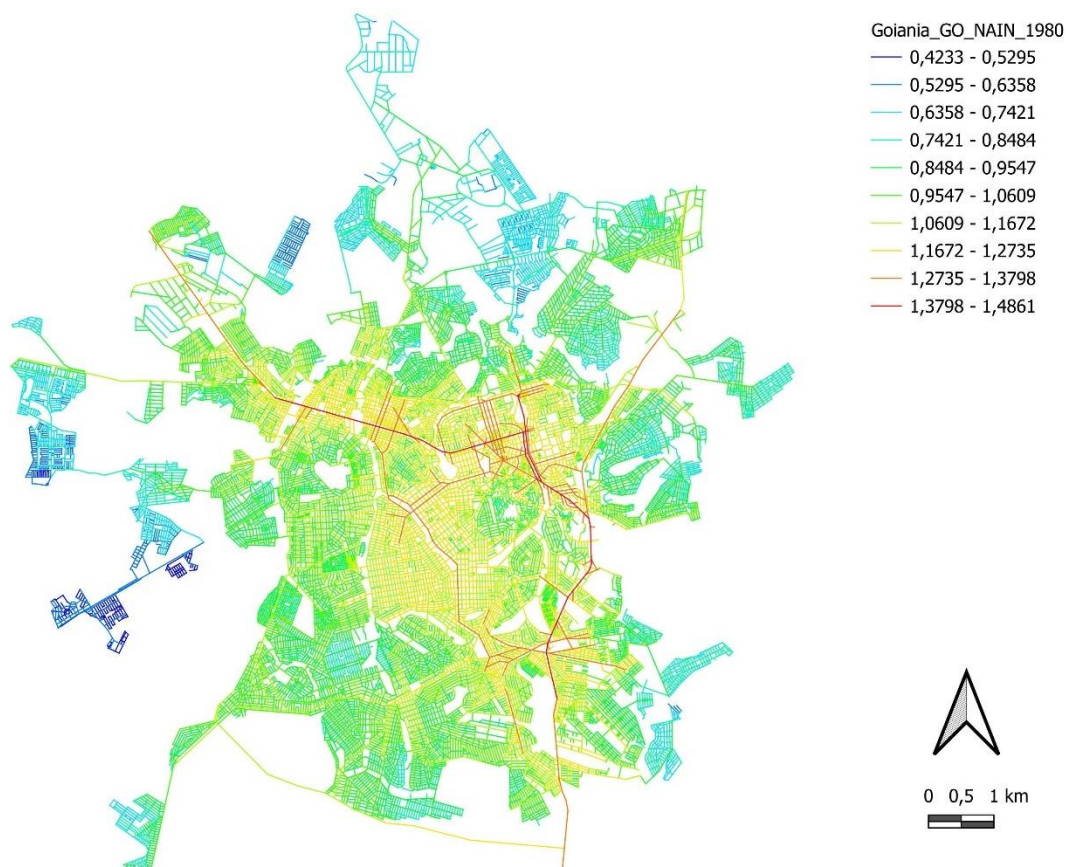
Figura 11: Goiânia em 1975 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

Para esse recorte temporal, representado pela Figura 12, tem-se o movimento de fechamento de lacunas na malha urbana da cidade, ou seja, de preenchimento dos vazios. Trata-se de um movimento cíclico de espraiamento e posterior fechamento do sistema, conforme apontado anteriormente. Isso ocorre a partir do enxerto de diferentes tramas que vão unindo as áreas antes distantes e separadas. Com isso vias estruturantes dessa ampliação vão se destacando como eixos de expansão, organizadores do território. Percebe-se assim uma tendência de crescimento ao noroeste, ao nordeste e ao sul, visando uma conexão com as cidades de Goianira, Teresópolis de Goiás em direção a Anápolis e Aparecida de Goiânia respectivamente.

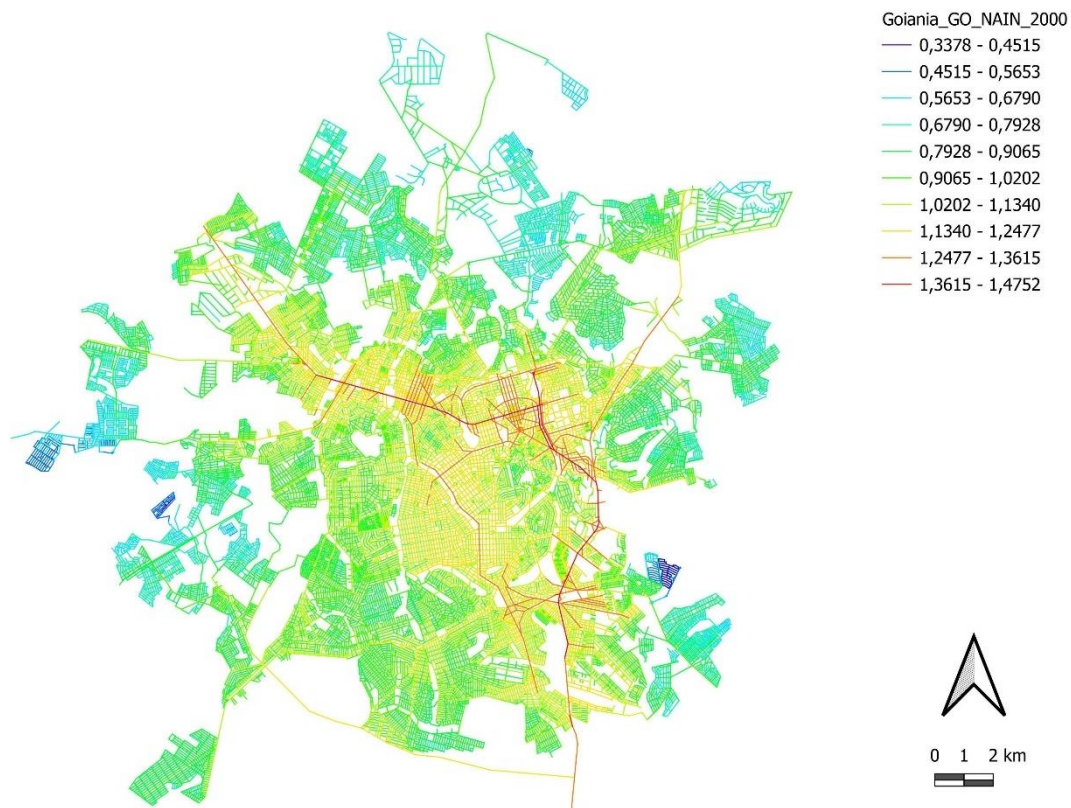
Figura 12: Goiânia em 1980 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

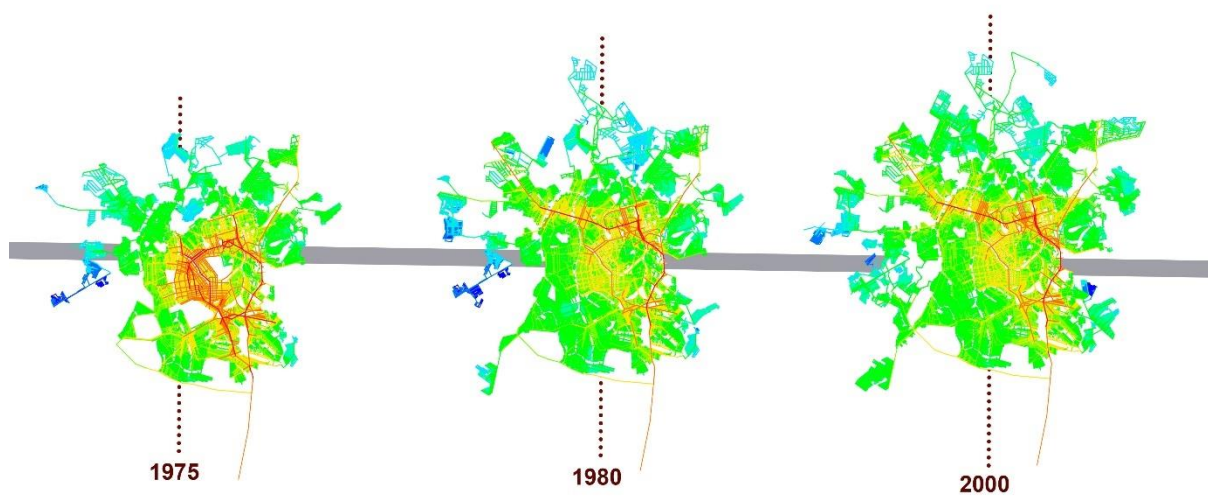
No início dos anos 2000, os bairros da Região Sul de Goiânia estavam valorizados em relação ao demais, exceto Jardim Goiás, que não se verticalizou. Os setores Oeste, Bueno e Jardim Goiás, por sua vez, alcançaram valorização fundiária devido a uma melhor condição dos equipamentos urbanos (Canedo, 2024). Nesse cenário, considerando a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, foi deflagrado o processo para elaboração de um novo plano diretor local pelos técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, conjuntamente com o consultor técnico Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, arquiteto e urbanista (Bellorio, 2013).

Figura 13: Goiânia em 2000 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

Figura 14: Expansão urbana de Goiânia de 1975 a 2000 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Medeiros (2024).

O mapa de segmentos para Goiânia em 2000 (

Figura 13), manteve seus índices bastante similares à representação para o ano de 1980, com seu núcleo bastante consolidado e mesmas linhas mais integradas. Houve apenas incremento e emergência de outros segmentos ao longo dos percursos principais.

Pela análise visual da expansão urbana de Goiânia representada na Figura 14, percebe-se uma área central bastante integrada e um crescimento pautado no preenchimento de áreas vazias que tende a deslocar as vias mais integradas para o quadrante norte e para o leste do assentamento.

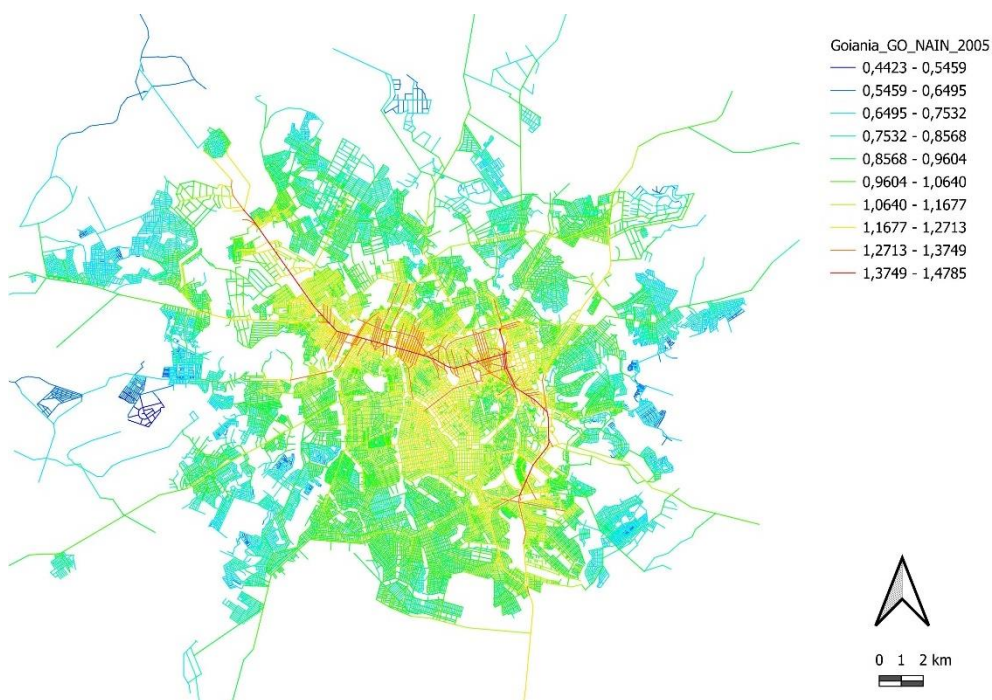
Fase 03: Metropolização (de 2000 em Diante)

Em 2007 entrou em vigor o novo plano, com a visão de uma cidade metrópole regional (SEPLANH, s.d.). No documento foram percebidos vazios urbanos na Região Sul e uma tendência à densificação devido ao mercado imobiliário, que começou a investir na construção de condomínios verticais no Parque Amazônia e no Jardim Goiás. Outra questão relevante foi converter todo o município em área urbana, com o adensamento de regiões consolidadas em termos de infraestrutura, com exceção dos setores Campinas e Sul, em razão do valor histórico. Nesses dois bairros a densificação deveria se limitar aos lotes lindeiros aos eixos exclusivos, como a Avenida Anhanguera. A ideia do plano seria a de imprimir um caráter mais compacto ao assentamento, com a diminuição dos gastos públicos com a implantação de infraestrutura. Por fim, a regularização fundiária, a partir da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade como a concessão real de uso e a usucapião coletiva, permitiu agir sobre áreas de interesse social com demandas antigas (Bellorio, 2013), incluindo a implementações de projetos de habitação social, conforme apontam Barreira *et al.* (2022). Do ponto de vista configuracional, os empreendimentos se localizaram em áreas limítrofes à urbanização da cidade, sem maiores conexões com o tecido preexistente.

Para os mapas seguintes de 2005 –

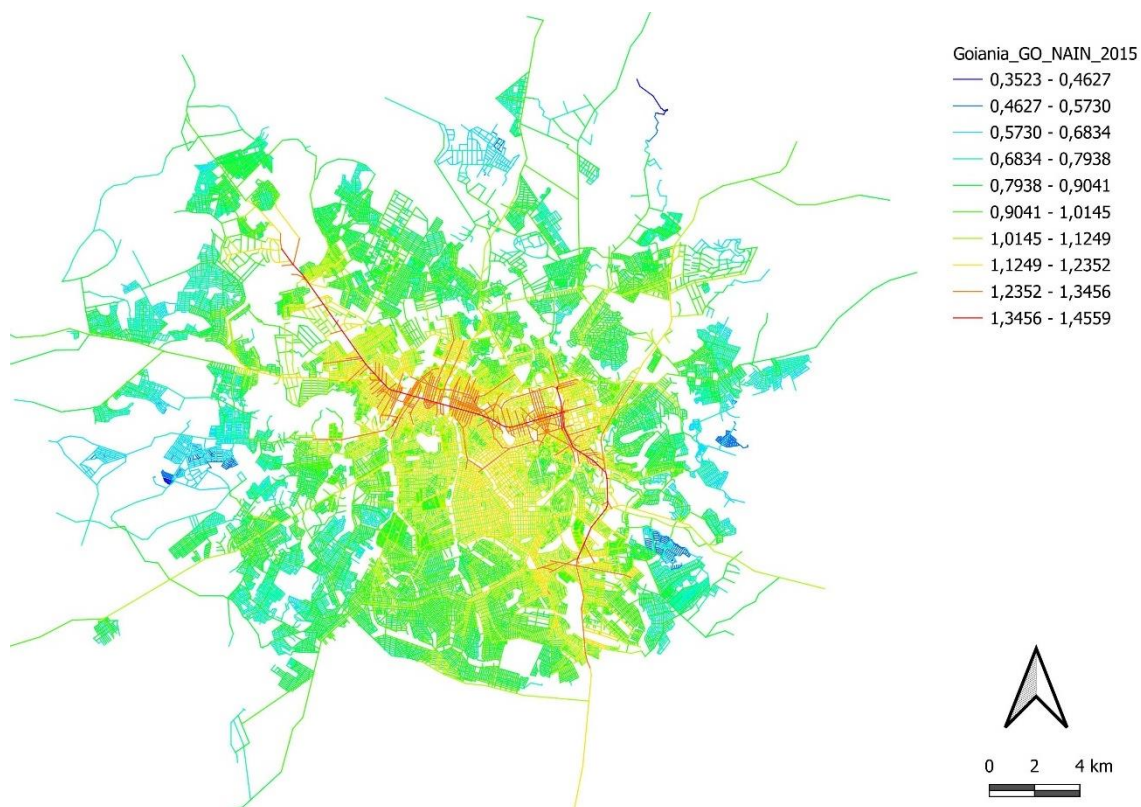
Figura 15 e 2015 – Figura 16, observa-se a mesma tendência de crescimento, com os índices de NAIN se mantendo em patamar semelhante e o sistema se expandindo de forma radial.

Figura 15: Goiânia em 2005 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

Figura 16: Goiânia em 2015 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

Em 2010, a Lei Complementar nº 78/2010 revisou a Região Metropolitana de Goiânia, absorvendo os municípios que faziam parte da Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia e adicionando os municípios de Guapó e Caldazinha. Com isso a RMG passou a ser constituída por 20 municípios, sendo muito destes inexpressivos em termos populacionais ou de proximidade com a cidade sede. Segundo Oliveira (2017), em 2010, 34,73% da população do Estado residiam na RMG, sendo que as cidades com maior impacto na época eram obviamente Goiânia, com 59,91% da população, e Aparecida de Goiânia, com 20,96% dos habitantes.

O último plano diretor local foi aprovado em 2022. Segundo Barreira *et al.* (2022), após discussões entre os diversos setores da sociedade (cujo peso de cada ator se mostrou desigual nesse debate, especialmente negativo para os mais frágeis política e financeiramente), foi possível perceber questões preocupantes nesse processo. Para as autoras, os debates foram suficientes para constatar as contradições e o jogo de interesses que ameaçaram e prejudicaram as estratégias do planejamento urbano para garantir o direito à cidade. O

diagnóstico técnico, por meio do qual foram identificados problemas urbanos e possíveis soluções, pouco foi considerado.

Em relação especificamente à RMG, é importante analisar os demais municípios que a compõem separadamente de Goiânia, com o intuito de perceber as relações e a relevância diante da metrópole. As cidades que foram selecionadas originalmente para integrarem a região eram municípios que faziam divisa com Goiânia ou com a conurbação de Aparecida de Goiânia, a exemplo de Hidrolândia. Já as cidades acrescidas a posteriori, em 2010, tinham as sedes mais distantes de Goiânia, sendo que mais da metade desse grupo alcançava menos de 10.000 habitantes, segundo o último censo.

Essa constatação faz questionar sobre a real importância dessas municipalidades no processo metropolitano. Percebe-se pelo quadro que os municípios surgiram em sua maioria como povoado antes mesmo da construção de Goiânia, em que pese o fato da implantação de uma nova cidade, ainda mais capital do Estado, influenciar o crescimento do local. Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, por exemplo, foram elevadas à condição de distrito pouco tempo depois da inauguração da capital.

Segundo Dias (2014), apesar do relevo relativamente plano de Goiânia, o que permitiu uma ocupação mais compacta do território ao longo do tempo se comparada a outras capitais brasileiras, especialmente aquelas situadas no litoral, com o crescimento acelerado da cidade, as novas adições na malha não acompanharam o processo com a mesma intensidade. A má articulação viária implicou que partes de sua expansão, especialmente as mais periféricas, ficassem desconectadas entre si e diante do sistema urbano precedente. Apesar da mancha relativamente contínua do assentamento na maior parte do período investigado, ao se observar mais detidamente o tecido urbano, este é constituído por partes que se diferenciam umas das outras, configurando o que Medeiros (2013) denomina de “colcha de retalhos”, conforme preliminarmente identificado em seção anterior. O problema não é a diferenciação, característica habitual do desenho urbano, mas a carência de uma coerente estrutura articuladora, distribuída sobre todas as zonas da cidade.

Ao que parece, teria sido a partir da década de 1970 que o modelo de habitação popular passou a desenvolver estruturas de bairro nos arredores do sistema urbano, ocupando áreas vazias entre esses conjuntos preexistentes e a área central planejada. Com isso foram sendo construídos bairros sem maiores preocupações de continuidade de vias ou facilidade de percursos, causando o que a Dias (2014) denomina de composição de grelhas. Esses bairros, apesar de isoladamente terem as suas tramas tendentes à regularidade, não propiciaram melhor facilidade de deslocamento devido à ausência de mais conexões.

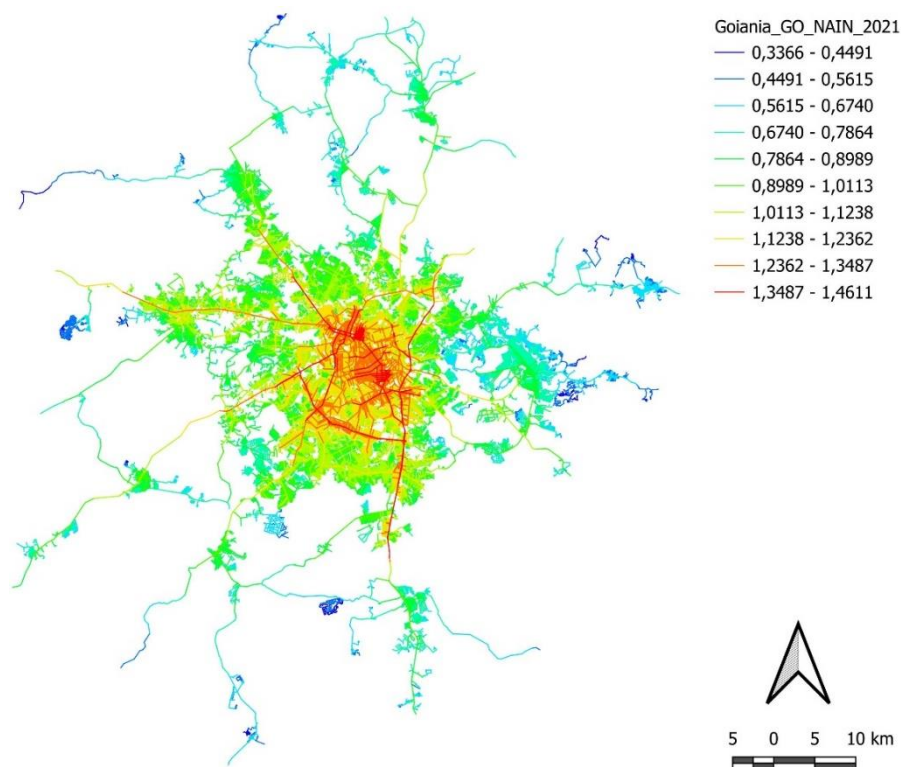
Medeiros (2013), em investigação comparada de 44 estruturas urbanas brasileiras, apresenta o mapa de segmentos de Goiânia e entorno para o cenário de 2005, onde se constata a coincidência do centro antigo com o centro ativo urbano, legível por meio do núcleo de integração (conjunto de eixos vermelhos do sistema). Percebe-se, porém, que o tecido adjacente ao núcleo original é composto por diversas tramas que, especialmente na periferia da cidade e entorno, não se comunicam a ponto de gerar uma maior integração. Pode-se dizer que o exemplo confirma a afirmação do autor sobre as cidades brasileiras de que estas são predominantemente regulares, com conexões em “x” e grelhas de padrões diversificados, formando a chamada “colcha de retalhos”. As cidades maiores tendem a baixa conectividade e a maior profundidade do sistema devido a menor presença de linha globais de conexão. Assim, valores de integração costumam ser mais reduzidos em sistemas maiores, a reforçar a impressão de labirinto. Apesar disso, a malha da cidade, pela regularidade das partes, dentre a amostra estudada pelo autor, é uma das que apresentam melhor desempenho configuracional para um mesmo porte (em termos numéricos e de distribuição visual da hierarquia de acessibilidade configuracional).

Nascimento e Oliveira (2015) pontuam que o crescimento urbano de Goiânia se expandiu em direção ao sul se conurbando com Aparecida de Goiânia, ao leste com Senador Canedo, a noroeste com Goianira e a oeste com Trindade. O cenário é legível por meio do mapa de 2021, que expressa a mancha urbana expandida, avançando sobre os municípios próximos: começa a surgir uma aproximação com Abadia de Goiás. A leste, Senador Canedo principia por se conectar com Caldazinha da mesma forma que, por Aparecida de Goiânia, Hidrolândia começa a se aglutinar nas proximidades da divisa entre os dois municípios. Vale destacar que apesar

da urbanização que se verifica entre Goiânia e Senador Canedo ser significativa em termos visuais na imagem de satélite, no mapa não se verifica uma via mais integrada ligando esses dois territórios, a semelhança das vias que ligam as demais cidades citadas anteriormente. Possivelmente isso se deve ao grande número de condomínios horizontais que se distinguem no desenho pelas suas características morfológicas, especialmente quanto ao acesso único, presença de guarita e cercamento dos loteamentos. Trata-se de um desenho desconectado que não contribui para a acessibilidade potencial. Há que se observar ainda que, apesar disso, Goiânia apresenta uma característica peculiar em relação a outras cidades, que consiste na sua expansão a 360° (Villaça, 2001; Schvarsberg, 2014), resultado das características do território que beneficiam o surgimento de vários vetores radiais.

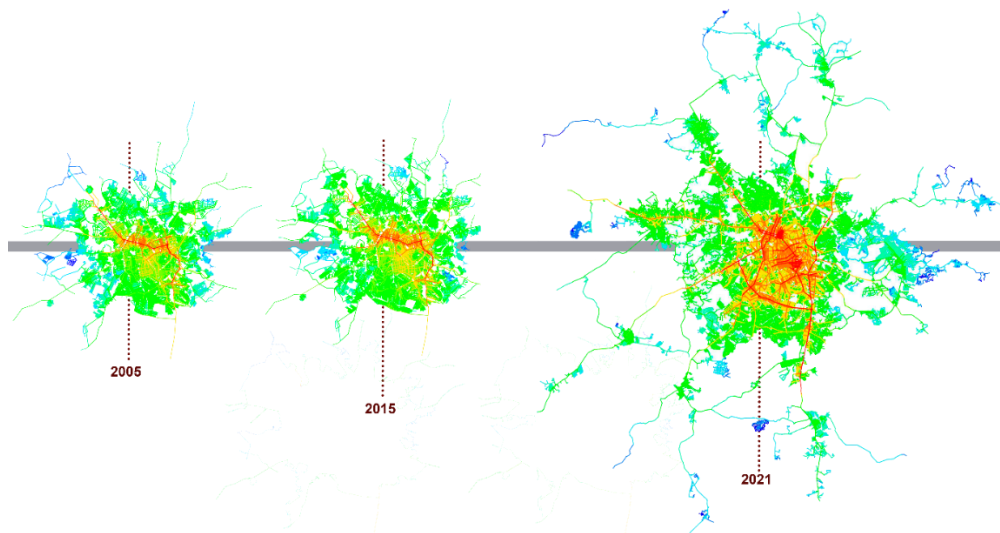
Para o ano de 2021, o mapa de segmentos abrange alguns núcleos urbanos mais próximos, desse modo se verifica um grande incremento do seu núcleo integrado em relação aos mapas anteriores, conforme demonstrado na Figura 18. Surge o despontar rodovias em direção a essas cidades como vias mais integradas, gerando novos braços de ocupação como uma célula neuronal com suas ramificações.

Figura 17: Goiânia em 2021 (mapa de segmentos).



Fonte: Medeiros (2024).

Figura 18: Expansão urbana de Goiânia de 2005 a 2021 (mapa de segmentos).

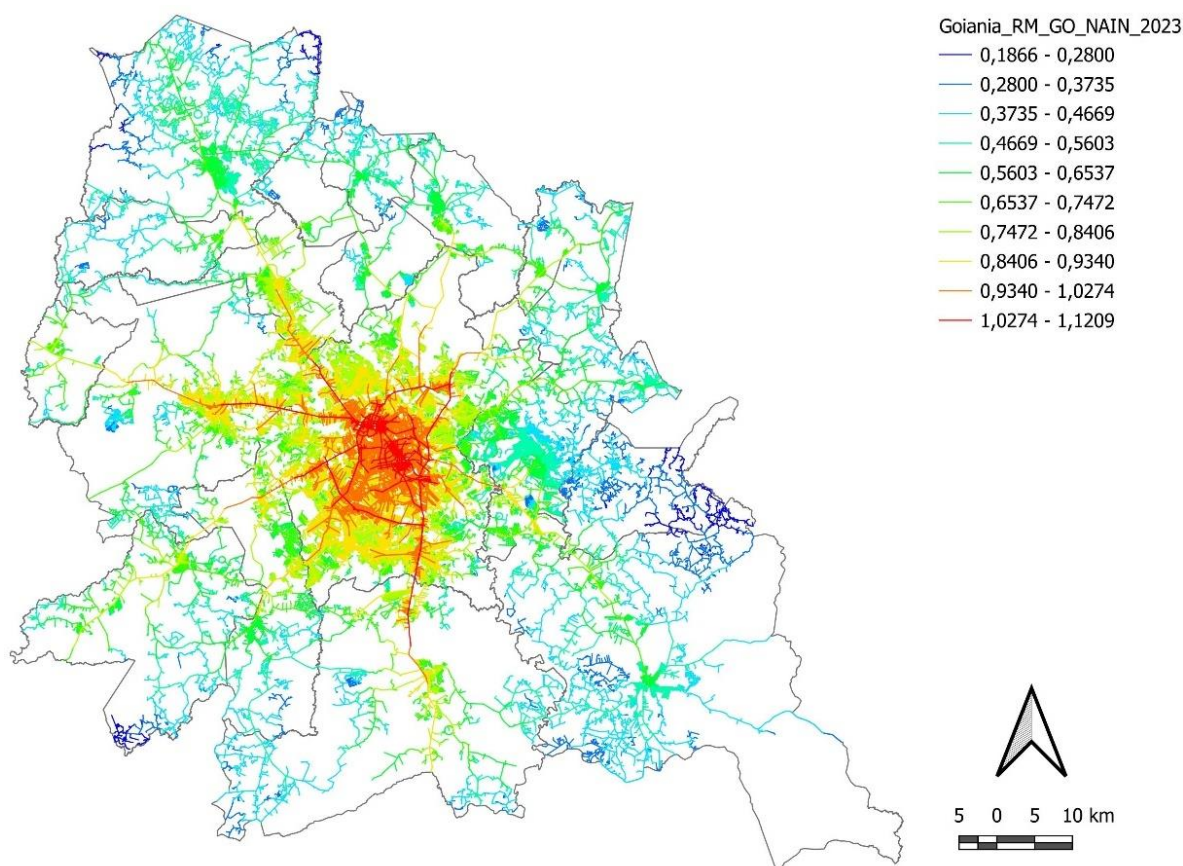


Fonte: Elaborado pelos autores com base em Medeiros (2024).

Por fim, quando se observa o mapa de segmentos referente a Região Metropolitana de Goiânia – Figura 19, em comparação com o mapa de segmentos para Goiânia em 2021,

evidenciam-se ainda mais as observações já descritas para aquele mapa: núcleo das vias mais integradas e eixos despontando radialmente em direção às rodovias que são acesso para outras cidades próximas da RMG. Isso pode significar que a expansão da conurbação de Goiânia com suas cidades mais próximas está em franco desenvolvimento e a 360°, mantendo o padrão inicial de crescimento da cidade sede desde sua origem, com centralidade principal ou núcleo de integração pouco mudando de lugar, mas sim se expandindo.

Figura 19: Região Metropolitana de Goiânia em 2023 (mapa de segmentos).



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do mapa axial de Goiânia e conurbações elaborado por Telmo Domingues.

CONCLUSÕES

O artigo teve por objetivo analisar a expansão urbana de Goiânia (Goiás) sob o aspecto configuracional, desde a inauguração do sistema na década de 1930 até sua conformação

atual enquanto metrópole. Diante das análises procedidas, foi possível compreender como o planejamento urbano atuou na construção do território, por ação ou inação. É possível observar que o Estado em alguns momentos promoveu a acessibilidade configuracional, como quando se alcançou um sítio com relevo adequado para implantação do núcleo urbano, sem condicionantes que frustrassem sua expansão, ou quando, de forma semelhante ao que ocorreu posteriormente em Brasília, foi elaborado um planejamento com o olhar global, observando as partes do todo urbano.

Em outros momentos, entretanto, isso não ocorreu, como quando o fruto desse planejamento urbano foi um projeto urbanístico que não considerou a inclusão dos segmentos mais de renda mais baixa da sociedade. Tanto os trabalhadores que participaram da construção de Goiânia quanto os migrantes que buscavam emprego e uma vida melhor não foram adequadamente contemplados na nova cidade, paradigma que se repetiria década depois em Brasília, expressão da fratura social vivida no país.

Vale ressaltar que o processo de busca pela modernidade acometia o Brasil por ocasião da decisão da criação da nova sede política de Goiás, na ânsia de romper com o “velho”, com o “decadente” e “antiquado”, e alcançar um futuro promissor que igualmente se refletia na cidade brasileira. Como no caso de Goiânia que tenta se desvencilhar de uma capital considerada arcaica na época, “Goiás Velho”, para uma cidade totalmente planejada e que seria a expressão do que havia de mais avançado no país. Pode-se dizer, mais uma vez, que processo semelhante foi vivenciado na mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília e em certa medida pode se verificar semelhanças, embora em um outro momento, com a capital do Tocantins, Palmas. O discurso sempre será o da modernidade, futuro, avanço.

O crescimento urbano de Goiânia foi alavancado pela construção de Brasília e pelos migrantes oriundos do próprio estado de Goiás, numa dinâmica de franca urbanização experimentada pelo Brasil. O aumento populacional provocou o adensamento da cidade e o processo de verticalização ocorreu em vias importantes desde o projeto inicial de Attílio Corrêia, como na Avenida Anhanguera, que ligava o sítio original ao núcleo preexistente de Campinas, o que promoveu a valorização das terras.

O potencial do núcleo inicial de integração do projeto fundador se manteve ao longo do tempo e, mais que isso, ampliou-se consideravelmente, o que é fruto da expansão em todas as direções, do preenchimento paulatino dos espaços vazios e da alta densidade na área. Por outro lado, a conurbação com Aparecida de Goiânia já é reconhecida e passa a se estender para Hidrolândia. Processo semelhante é experimentado por Senador Canedo e Caldazinha. Trindade, por fim, destaca-se quanto às vias radiais de conexão com as cidades lindeiras à Goiânia, que apresentam valores altos de integração, sendo vetores da expansão urbana que se apresentam em destaque nesse contexto de metropolização.

Observa-se no processo acima descrito a forte presença do Estado em um primeiro momento, mas depois o poder público parece ceder à pressão da especulação do setor imobiliário (ou mescla-se a este), dos políticos e da própria população devido à falta de moradia acessível a diversos estratos de renda. O resultado é um assentamento que segue avançando sobre as áreas disponíveis, em busca de vantagens e/ou qualidades individuais sobre o território, com ausência de uma visão mais abrangente, inclusive na perspectiva metropolitana. Na verdade, em muitas ocasiões, foi o próprio Estado quem impulsionou esse processo, seja pela omissão, seja pelo planos diretores comprometidos com a valorização fundiária de certos trechos em desfavor de outros.

Os achados obtidos deixam evidente a mescla interesses. Um exemplo é a própria RMG: inicialmente conformada para 10 municípios com relações limítrofes com a metrópole ou com ela já conturbada, hoje abriga mais 9 cidades, muitas das quais com menos de 10.000 habitantes. Questiona-se com isso se realmente esses municípios contribuem para a concentração de atividades econômicas, sociais, de serviços ou ainda de infraestrutura urbana que justifiquem a sua presença nesse conglomerado.

REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Leyla Elena Láscar. **A centralidade em Goiânia**. Dissertação – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2004.

ARRAIS, Juliana. **Os espaços públicos em áreas centrais: configuração, vitalidade e infraestrutura ociosa no centro antigo de Goiânia**. Dissertação – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2015.

ARRAIS, Juliana de Souza e Silva. **O mosaico morfológico: vitalidade urbana em áreas centrais de Goiânia**. Tese – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2022.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro; GONZAGA, Carla Maria Oliveira; DEUS, João Batista de; HORA, Karla Emmanuela. O novo Plano Diretor de Goiânia: a trajetória de um desastre anunciado. *In*: BARREIRA, Celene Cunha Monteiro et al. (org). **Reforma urbana e direito à cidade**: Goiânia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

BELLORIO, Grazielli Bruno. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos planos diretores 1968-2007**. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

CANEDO, Ninfa Regina de Melo. **O bailar da elite em cinco atos: poder, qualidade de vida, verticalização, franjas urbanas e centro**. Tese – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2024.

CANEDO, Ninfa Regina de Melo; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. A ocupação da elite na capital Goiânia: uma análise a partir da Sintexe Espacial. **Anais... Pluris 2021 – 9º Congresso Luso-brasileiro para o Planejamento Urbano, regional, Integrado e Sustentável**, São Paulo: UNESP, 2021.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. *In*: **Brasília, cidade que inventei**. Brasília: ArpPDF; CODEPLAN; DePHA, 1991.

DIAS, Massilla Lopes. **A malha e o deslocamento: um estudo das relações entre configuração espacial e mobilidade urbana em Goiânia**. Dissertação – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2014.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GOIÂNIA. **Anexos I e II** (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia). Goiânia: Diário Oficial do Município de Goiânia, 1994.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. **Goiânia: uma modernidade possível**. 2. ed. Brasília; Ministério da Integração Nacional, 2003.

IBGE. **Goiânia**. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1942.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 – População e domicílios (primeiros resultados)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

HILLIER, Bill. **Space is the machine: a configurational theory of architecture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HILLIER, Bill; HANSON, Julianne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: EdUnB, 2002.

LEME, Maria Cristina da Silva (ORG.). **Urbanismo do Brasil: 1895 – 1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras**. Brasília: EdUnB, 2013.

MEDEIROS, Valério. **Base de dados configuracional sobre cidades brasileiras**. Brasília, PPG/FAU/UnB, 2024.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. Constituição da forma urbana de Goiânia: uma abordagem sobre o sistema de espaços livres. **Anais... XII Colóquio QUAPÁ-SEL**, São Paulo: FAUUSP, 2017.

NASCIMENTO, Diego Tarley Ferreira; OLIVEIRA, Ivanilton José de. Mapeamento do processo histórico de expansão urbana do município de Goiânia-GO. **GEOgraphia**, Ano. 17, N. 34, 2015.

OLIVEIRA, Bruno. Regionalização e integração: uma análise sobre a região metropolitana de Goiânia. **Élisée – Revista de Geografia da UEG**. Cidade de Goiás: UEG, 2017.

PANTALEÃO, Sandra Catharinne; TREVISAN, Ricardo. “A cidade planejada e a cidade construída: entre paradigmas modernos e híbridos contemporâneos”. **Anais... XIV Encontro Nacional da ANPUR** (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, pp. 1-20.

PANTALEÃO, Sandra Catharinne; DELFINO, Dhyogo Santis. Morfologia e desenho urbano: uma análise da formação da paisagem de Goiânia – GO. **Revista Mirante**, 10 (5ª), 97-116, 2017.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. “Goiânia, Brasília e Palmas: entre concepções, vivências e deslizamentos de sentidos”. **Anais... VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória: AGB, 2014.

PIRES, Jacira Rosa. **Goiânia: cidade pré-moderna do cerrado 1922-1938: modernidade e cidade – jardim na urbanística da nova capital do estado de Goiás** (1a ed). Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2009.

RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. **Infraestrutura verde: uma estratégia de conexão entre pessoas e lugares. Por um planejamento urbano ecológico para Goiânia**. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHVARSBERG, Benny. Afinal, estamos em uma metrópole! Velhas novidades do debate metropolitano a partir dos 360º de Brasília. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (org.) *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SEPLANH (s.d.). **Plano Diretor**. Prefeitura Municipal de Goiânia. Disponível em: < <https://goianiadofuturo.goiania.go.gov.br/planodiretor-2/> > . Acesso em: 14 jun. 2023.

SEPLAM. **Coletânea – legislação e regulamentos do Plano Diretor**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2010.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

TORRES, André Luiz Teixeira e Silva. **O frágil limiar entre espaços públicos e vazios urbanos**: uma análise das condições para assegurar a vitalidade nos assentamentos. Dissertação – PPG/FAU/UnB, Brasília, 2017.